



COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA,
ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

MISSÃO OFICIAL

RELATÓRIO



Documento assinado por: Marcia Cristina Abreu, José da Costa Rocha, Dep. Pastor Diniz e outros
Selo digital de segurança: 2024-ATDU-ZTIK-GSBQ-WBUN

ILHA DE MARAJÓ/PA
ABRIL/2024



Documento assinado por: Marcia Cristina Abreu, José da Costa Rocha, Dep. Pastor Diniz e outros
Selo digital de segurança: 2024-ATDU-ZTIK-GSBQ-WBUN

SUMÁRIO

01. Introdução (página 2)

02. Missão & Objetivo (página 3)

03. Visita Técnica (página 4)

04. ANEXOS (página 11)



INTRODUÇÃO

Os membros da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF), na reunião deliberativa realizada no dia 22/11/2023, no Plenário 7 da Câmara dos Deputados, aprovaram o Requerimento de número 3/2024, de autoria do Deputado Pastor Diniz, que “requer a aprovação do colegiado da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família para a realização de visita técnica, com ônus para a Câmara dos Deputados, para averiguação das alegações levantadas a cerca de casos de pedofilia e abuso de menores na Ilha de Marajó, no Pará”.



Dep. Pastor Diniz UNIÃO | RR - Autor do Requerimento 3/2024

A missão ocorreu nos dias 25 a 27 de abril de 2024 com a presença dos Deputados Pastor Eurico - Presidente, Pastor Diniz, Laura Carneiro, Rogéria Santos e Andreia Siqueira; da secretária executiva da Comissão, Márcia Cristina Abreu; da assessora parlamentar Monique Almeida de Oliveira, e de Marisa Romão, assessora do Senado Federal. Estiveram presentes também os policiais legislativos Caio Marcos Almeida de Freitas, Raphael de Oliveira Ribeiro, Suprecílio do Rêgo Barros Neto, Tiago Leônidas Franca de Melo, José da Costa e Romulo Sófocles de Almeida Panza.



QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA COMISSÃO?

Missão oficial à Ilha de Marajó, no município de Breves, no estado do Pará.

POR QUE A CPASF REALIZOU ESSE TRABALHO?

A visita é decorrente da aprovação do Requerimento nº 3/2024, de autoria do Deputado Pastor Diniz.

OBJETIVO DA MISSÃO

O objetivo da missão foi averiguar a situação dos crimes sexuais contra crianças e adolescentes na Ilha de Marajó. Para isso, a comitiva reuniu-se com membros do Ministério Público e com os conselheiros tutelares e assistentes sociais do município para entender o problema e suas causas. Foi feita também uma visita à Casa Ágape da Cruz, que abriga crianças vítimas de violência sexual.



Presidente Pastor Eurico e Dep. Rogéria Santos



VISITA TÉCNICA

O deslocamento aéreo até o município de Breves foi feito com o apoio da Força Aérea Brasileira (FAB), que levou a comitiva no dia 25 de abril, quinta-feira, em vôo direto de Brasília a Breves/PA, o qual saiu da Base Aérea de Brasília, às 7h10.



Comitiva antes do embarque na Base Aérea de Brasília

A comitiva teve como primeiro compromisso uma reunião no Ministério Público de Breves, às 14h, com a presença dos promotores de justiça Harrison Henrique da Cunha Bezerra e Pablo Souza.

O promotor Harrison deu uma explanação sobre a violência contra menores no Marajó. Pontuou que existem hoje 550 casos judicializados de violência contra menores, mas acredita que, devido à subnotificação de casos, esse número pode ser bem maior, o dobro ou até mesmo o triplo.



Os promotores apresentaram o seguinte quantitativo de casos de crimes cometidos contra a criança e o adolescente na Ilha de Marajó, considerando-se as seguintes regiões: Soure, Cachoeira do Arari, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Breves, Afuá, Anajás, Bagre, Chaves, Currálinho, Gurupá, Melgaço, Portel, Oeiras do Pará e São Sebastião da Boa Vista.

CRIME	QUANTIDADE
Estupro de vulnerável	407
Estupro	111
Importunação Sexual	16
Assédio Sexual	13
Favorecimento de prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável	5
Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente	5
Estupro com resultado de lesão corporal grave ou contra vítima entre 14 e 18 anos	2
TOTAIS	559

Acrescentaram que a maioria dos casos são praticados dentro da própria família da vítima (padrasto, avô, pai, tio, irmão) e, por isso, são de difícil produção probatória e a palavra da vítima é a única prova do crime.

Explicaram sobre a dificuldade de apuração dos casos, uma vez que a maioria da população mora na zona rural e o acesso só é possível por meio de barcos, tendo comunidades que ficam a 12 horas de distância do município. As comunidades vivem da extração do açaí, do plantio da mandioca e da pesca, não tendo acesso à energia elétrica.



Falaram também da necessidade do fortalecimento da rede de proteção - conselheiros tutelares, assistentes sociais, líderes de comunidade, pastores.



Reunião no Ministério Público de Breves

Em seguida, a comitiva foi para uma reunião no Conselho Tutelar, com a presença dos conselheiros tutelares Fernando da Costa Soares, Mauro Pinheiro Ramos, Paloma Santana Nogueira Chaves, Socorro Sarges Ferreira e Jaia Ferreira Barbosa e da assistente social Luana Ribeiro.

Os conselheiros explicaram como é feito o trabalho deles com as crianças vítimas de abuso sexual. O trabalho de acolhimento é prestado à vítima e à família e compreende o acolhimento, a escuta, atendimento psicossocial e orientação jurídica, visitas domiciliares e encaminhamento à rede de serviços, além do monitoramento e acompanhamento dos casos.

Explicaram o funcionamento do CREAS, que é uma unidade pública e estatal, de abrangência municipal, que atua na oferta de serviços especializados e continuados



a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou em violação de direitos, como: **violência física/psicológica e negligência; violência sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua; mendicância; abandono; trabalho infantil; discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnia; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de liberdade assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, entre outras;** que demandam intervenções no âmbito do SUAS – Sistema Único de Assistência Social.



Reunião com os conselheiros tutelares

O CREAS desenvolve ações dentro de seu contexto social, **objetivando a superação da situação de violação de direitos e/ou risco.** Realiza o acolhimento e a escuta qualificada dos usuários, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, priorizando a reconstrução de suas relações familiares.

Acrescentaram que, em defesa dos direitos de crianças e adolescentes do município de Breves, a Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS), por meio do CREAS e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, estão engajados no enfrentamento das violações de direitos, mobilizando a comunidade



escolar e a sociedade em geral para a participação em Campanhas alusivas ao Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, Abuso e Exploração Sexual, entre outras, em palestras, reuniões e eventos de ações conjuntas com a Rede de Serviços Intersetorial do Município de Breves e Estado do Pará, por meio da Secretaria de Assistência Social Trabalho Emprego e Renda (SEASTER).

Por fim, apresentaram os seguintes quadros estatísticos dos casos atendidos no CREAS entre os anos de 2021 a 2023:

DEMANDAS ATENDIDAS	QUANTITATIVO		
	2021	2022	2023
Abuso sexual de crianças e adolescentes	9	39	53
Trabalho infantil	15	9	7
Violência intrafamiliar (Psicológica/Física)	9	17	13
Negligência e/ou abandono de crianças e adolescentes	17	11	11
Exploração sexual de crianças e adolescentes	0	0	2
TOTAL DE CASOS DE 2021 A 2023	212		

CASOS ATENDIDOS POR DEMANDA (2021-2023)

GÊNERO	Abuso Infantil	Trabalho Infantil	Violência Intrafamiliar	Negligência ou abandono	Exploração Sexual	TOTAL
FEMININO	96	24	25	25	2	172
MASCULINO	5	7	14	14	0	40



DEMANDAS POR FAIXA ETÁRIA (2021-2023)

FAIXA ETÁRIA	0 A 12 ANOS	13 A 18 ANOS	TOTAL
2021	29	21	50
2022	41	35	76
2023	40	46	86
TOTAL	110	102	212

A coibição ou a diminuição da violência contra crianças e adolescentes na Ilha de Marajó é um desafio grande e contínuo por lidar não com uma rede de prostituição formada, mas sim com uma questão cultural de demandas complexas envolvendo crenças familiares, extrema pobreza e indivíduos em situação de risco social e pessoal por violação de direitos, que demandam intervenções especializadas e diretas do Poder Público. Essas precisam fornecer condições básicas como educação, saneamento básico e políticas públicas de assistência social como meio de garantir melhores condições de vida à população.



Comitiva em embarque a Portel



No dia seguinte, a comitiva foi a Portel com o helicóptero da Marinha para visitar a Fraternidade Católica Missionária Ágape da Cruz, casa que abriga menores vítimas de violência sexual e que existe a cerca de 17 anos.

Por lá já passaram 400 crianças desde a sua fundação, em 2006. Hoje o abrigo tem 14 crianças internas, encaminhadas pelo Conselho Tutelar e pela Justiça. A casa foi criada pelas freiras Raimunda Rodrigues e Maria Josefa Iglesias Fernandes.



Visita à Casa Ágape da Cruz

A volta à Breves foi feita ao meio dia e os trabalhos da Comissão finalizados.

O retorno à Brasília foi no sábado, às 7h15, com o avião da FAB.



ANEXOS



Deputados no Ministério Público



Deputados na Casa Ágape da Cruz





Comitiva em Portel antes do embarque de volta para Breves



Comitiva antes de voltar a Breves





Este é o relatório da missão oficial à Ilha de Marajó, no Pará.

Brasília, 29/04/2024.

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA - CPASF

Local: Anexo II, Ala A, sala 184, Pav. Superior

Telefones: (61) 3216-6861 - (61) 3216-6863

E-mail: cpasf@camara.leg.br

